

REGULAMENTO DA PRÁTICA DE ENSINO SUPERVISIONADA NA ESCOLA

Artigo 1.º

Âmbito do regulamento

1. Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, (Regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior), alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 28 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 81/2009, de 27 de outubro, com o Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro, (Regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário), o Decreto-Lei n.º 220/2009, de 8 de Setembro, e as normas regulamentares dos Mestrados da Universidade da Madeira (UMa), o presente Regulamento define as condições específicas da realização da Prática de Ensino Supervisionada na Escola (PESE) dos cursos de mestrado que conferem habilitação profissional para a docência nos ensinos pré-escolar, básico e secundário.
2. A PESE está condicionada à especificidade do domínio de habilitação para a docência e respetiva(s) especialidade(s), cabendo ao Diretor de Curso de cada mestrado programá-la e geri-la, sendo as condições especiais de organização da mesma definidas pelos Conselhos Científicos dos respetivos cursos.

Artigo 2.º

Objetivos da prática de ensino supervisionada na escola

A PESE tem como objetivos:

- a. Desenvolver a capacidade de análise e reflexão sobre as situações de ensino-aprendizagem e avaliação das aprendizagens, sobre os problemas da prática profissional, mobilizando saberes adquiridos e construindo novos saberes;
- b. Desenvolver a capacidade de trabalho cooperativo e assumir na sua prática uma perspetiva profissional tendo um comportamento mais produtor que reprodutor, desenvolvendo a reflexão e o espírito crítico, a criatividade, a tomada de decisão e a capacidade de adaptação a diferentes contextos;
- c. Conhecer a instituição escolar nos seus aspetos globais, aprofundando as características das instituições escolares com os agrupamentos protocolados;
- d. Aplicar os conhecimentos científicos e metodológicos adquiridos nas diferentes componentes de formação de uma forma integrada e interdisciplinar;

72

- e. Adequar e integrar propostas inovadoras de acordo com o currículo e/ou orientações curriculares;
- f. Dominar métodos e técnicas relacionadas com o processo de ensino e aprendizagem, o trabalho em equipa, a organização da escola e a investigação educacional;
- g. Aprofundar e operacionalizar competências adquiridas nos domínios científicos e pedagógico-didático.

Artigo 3.º

Competências do Professor Supervisor e do Orientador Cooperante

1. A PESE realiza-se nas escolas de forma integrada e supervisionada pelo(s) Professor(es) Supervisor(es), pertencente à UMa, e orientada pelo(s) Orientador(es) Cooperante(s) das instituições de educação e ensino cooperantes.
2. Ao(s) Professor(es) Supervisor(es) compete:
 - a. Prestar o apoio científico e pedagógico ao formando no âmbito dos objetivos do curso e dos recursos humanos e materiais disponíveis;
 - b. Reunir regularmente com os formandos e com o(s) Orientador(es) Cooperante(s);
 - c. Realizar, pelo menos, duas observações de aula a cada formando (pelo menos uma por nível), no caso do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico, pelo menos, três observações de aula a cada formando e em cada disciplina/área disciplinar/nível lecionado, no caso dos restantes mestrados;
 - d. Proceder à avaliação qualitativa do formando com regularidade e no final do ano letivo traduzi-la numa classificação que deve ser quantitativa.
3. Ao Orientador Cooperante compete:
 - a. Acompanhar o formando durante o seu trabalho, seja na turma que lhe foi atribuída, seja nas atividades que o mesmo desenvolve no âmbito da PESE;
 - b. Prestar o apoio solicitado no âmbito do protocolo estabelecido;
 - c. Reunir regularmente com os formandos e com o(s) Professor(es) Supervisor(es);
 - d. Elaborar um documento final onde, de uma forma circunscrita e qualitativa, é descrito o desempenho do formando evidenciando os resultados obtidos em relação a cada um dos objetivos propostos.

Artigo 4.º

Deveres do Formando

1. No decurso da PESE o formando está obrigado ao cumprimento dos regulamentos da UMA e das normas de funcionamento interno da escola onde realiza a PESE.
2. Ao formando compete:
 - a. Desenvolver as experiências de aprendizagem previamente acordadas no âmbito dos objetivos do curso e do seu próprio plano e/ou projeto de atividade;
 - b. Planificar, preparar e discutir as atividades letivas no seu grupo de trabalho e com o Orientador Cooperante e com o Professor Supervisor;
 - c. Ter atitude e comportamento consentâneos com as especificidades da profissão docente, nomeadamente no que concerne à assiduidade, à pontualidade, ao aprumo e ao relacionamento com os alunos, docentes, funcionários, encarregados de educação e demais intervenientes no processo educativo;
 - d. Organizar e/ou participar em atividades que visem dinamizar a escola, fomentando:
 - i. a formação docente numa perspetiva interdisciplinar;
 - ii. a interação escola-comunidade;
 - iii. a relação humana na comunidade escolar;
 - iv. a autoformação contínua nos diversos domínios da atividade docente.
 - e. Elaborar o(s) Portefólio(s)/Dossier(s) relativo(s) ao seu desempenho;
 - f. Elaborar o Relatório Final de PESE, nos termos do artigo 6.º deste regulamento.

Artigo 5.º

Organização da prática de ensino supervisionada na escola

1. A PESE deve ser desenvolvida na educação pré-escolar, no 1.º, 2.º ou 3.º ciclos de ensino básico ou no ensino secundário, consoante o(s) nível(eis) de ensino que o mestrado habilita lecionar.
2. A componente letiva da PESE deverá decorrer
 - a. no 3º semestre do curso, no caso do mestrado em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico;

70



- b. preferencialmente, entre setembro e 15 de maio do 2.º ano curricular dos restantes mestrados, podendo existir dentro deste período adaptações em função das especificidades de cada um dos mestrados.
3. Os formandos devem participar em todas as atividades letivas e não letivas da turma do orientador cooperante que lhe tiver sido atribuída, sempre na presença do mesmo.
4. Podem requerer a dispensa da realização da componente letiva da PESE os alunos que já tenham realizado um estágio profissionalizante que tenha conferido habilitação profissional para a docência nos níveis de ensino em causa.
5. A PESE termina com a elaboração e entrega de Relatório que será alvo de defesa pública e cuja elaboração é regulamentada pelo artigo 6.º do presente regulamento e demais regulamentação aplicável.

Artigo 6.º

Relatório Final

1. A entrega do Relatório Final para apresentação pública deve obedecer aos procedimentos e prazos constantes nas normas regulamentares dos mestrados da UMa.
2. Além dos aspetos formais usuais nestes documentos, o Relatório Final deve apresentar, de forma contextualizada, as experiências de ensino-aprendizagem realizadas ao longo da PESE, abrangendo os vários níveis de educação ou ciclos de ensino e disciplinas do domínio de habilitação, e reflexão crítica sobre as mesmas, o mesmo se aplicando a todas as outras atividades desenvolvidas, devendo esta reflexão ser sustentada na literatura científica, pedagógica e na investigação de referência e em dados da prática, evidenciando a análise crítica da intervenção e dos resultados obtidos.
3. No caso dos alunos que obtenham dispensa da realização da componente letiva da PESE ao abrigo do número 4 do artigo 5.º, o Relatório Final deve cumprir com as diretrizes emanadas do Conselho Científico do respetivo curso.

Artigo 7.º

Avaliação

1. A avaliação deve constituir uma prática sistemática na PESE, visando a análise e discussão das atividades individuais e de grupo, no sentido de superar erros ou dificuldades e consequentemente conduzir o formando a um aperfeiçoamento enquanto docente.

2. A avaliação referida no número anterior incide sobre os seguintes aspetos:
- Prática letiva (nomeadamente competência científica e pedagógico-didática na planificação, execução e avaliação do processo ensino/aprendizagem);
 - Sessões e outros trabalhos (competência científica e pedagógico-didática, grau de participação e intervenção);
 - Dinamização de atividades (nomeadamente capacidade de participar/dinamizar que visem a dinamização da escola ou o enriquecimento científico e pedagógico-didático do formando e/ou da comunidade escolar);
 - Atitudes e comportamentos do formando (nomeadamente disponibilidade no relacionamento com os diferentes intervenientes na comunidade escolar, capacidade de iniciativa e criatividade, capacidade de análise crítica, sentido de responsabilidade, assiduidade e pontualidade).
3. A avaliação dos aspetos referidos no número anterior deverá traduzir-se, no final do ano, numa classificação expressa numa escala de 0 a 20 valores.

Artigo 8.º

Classificação

- A classificação da PESE é atribuída pelo(s) Professor(es) Supervisor(es) responsável (eis) pela mesma, ponderando obrigatoriamente a informação prestada pela escola cooperante, de acordo com o n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 43/2007, de 22 de fevereiro.
- A classificação das unidades curriculares que concretizam a PESE (expressa numa escala de 0 a 20 valores) é obtida através de uma média ponderada da classificação mencionada no ponto anterior e da classificação obtida no relatório final como defesa pública, conforme definido nos regulamentos específicos de cada mestrado.

Artigo 9.º

Casos omissos

Em cada curso de mestrado, compete aos respetivos Diretor de Curso e Conselho Científico resolver os casos omissos no presente Regulamento, no âmbito das competências estabelecidas para cada órgão.

